

# SUMÁRIO

---

## PARTE I PROLEGÔMENOS

CAPÍTULO 1 – CONTROLE SOCIAL .....	3
CAPÍTULO 2 – O PODER-DEVER DE PUNIR .....	11
2.1. O poder-dever do estado.....	11
2.2. Fundamentos do poder-dever de punir.....	13
2.3. Limites do poder de punir.....	17
2.3.1. Valores penalmente tutelados.....	17
2.3.2. Subsidiariedade, <i>ultima ratio</i> e fragmentariedade .....	20
2.3.3. A ancoragem constitucional .....	21
2.3.4. O princípio da proporcionalidade.....	23
2.3.5. Direito Penal do fato .....	26
2.3.6. O princípio da legalidade .....	28
2.3.7. Responsabilidade subjetiva .....	31
CAPÍTULO 3 – FINALIDADE E SIGNIFICADO DA PENA .....	33
3.1. As diversas perspectivas.....	33
3.2. O pensamento da doutrina .....	35
3.2.1. Ideias retribucionistas: Kant, Rossi e Bettiol.....	35
3.2.2. A velha e a nova defesa social.....	38
3.2.3. As ideias de prevenção geral .....	41
3.2.4. Ideias de reafirmação do Ordenamento .....	42
3.2.5. Posição axiológico-concreta.....	43
CAPÍTULO 4 – CIÊNCIA DO DIREITO E CIÊNCIA PENAL.....	47
4.1. A ciência do Direito Penal e sistema.....	47
4.2. Criminologia.....	50
4.3. A política criminal.....	55

<b>CAPÍTULO 5 – FONTES DO DIREITO E INTERPRETAÇÃO .....</b>	<b>61</b>
5.1. Fontes e modelos.....	61
5.2. As normas penais.....	62
5.3. O processo de concreção de cada espécie de norma .....	63
5.4. O modelo jurídico consuetudinário .....	64
5.5. O modelo jurisprudencial.....	66
5.6. A interpretação em matéria penal.....	68
5.6.1. A interpretação literal .....	69
5.6.2. As interpretações lógica, restritiva e extensiva .....	69
5.6.3. A interpretação sistemática .....	71
5.6.4. A interpretação teleológica .....	72
5.6.5. Interpretação como concreção .....	72
5.7. A interpretação analógica.....	73
5.8. A “arma de brinquedo” e analogia.....	75
5.9. Admissão da analogia.....	76
5.10. Analogia em causa justificante .....	76
5.11. Analogia em causa de isenção de pena.....	77
<b>CAPÍTULO 6 – LEI PENAL NO TEMPO .....</b>	<b>79</b>
6.1. Nascimento, vida e morte da lei.....	79
6.2. Irretroatividade e não ultra-atividade .....	80
6.3. Hipóteses de retroatividade e de ultra-atividade .....	80
6.4. Leis excepcionais e temporárias .....	82
6.5. Lei penal em branco.....	82
6.6. Crime permanente, habitual e continuado .....	82
6.7. A medida de segurança .....	83
6.8. O tempo do crime .....	83
6.9. Medida provisória .....	84
<b>CAPÍTULO 7 – LEI PENAL NO ESPAÇO .....</b>	<b>85</b>
7.1. O âmbito do território .....	85
7.2. Os princípios orientadores .....	85
7.3. O lugar do crime .....	86
7.4. Hipóteses de extraterritorialidade .....	87
7.5. Pena cumprida no estrangeiro.....	90
7.6. A sentença penal estrangeira .....	90
7.7. A extradição .....	90
7.8. O tribunal penal internacional.....	92

**PARTE II**  
**ESTRUTURA DO DELITO**

<b>CAPÍTULO 1 – ANCORAGEM DO SISTEMA.....</b>	<b>99</b>
1.1. Estrutura do delito e segurança jurídica.....	99
1.2. Teoria final da ação e divergências com Welzel.....	101
1.3. As concepções normativas da ação.....	104
<b>CAPÍTULO 2 – O TIPO PENAL .....</b>	<b>107</b>
2.1. A formação do tipo.....	107
2.2. A tipicidade e a relação com a antijuridicidade.....	108
2.3. Compreensão axiológica da ação e do tipo.....	111
2.4. Os elementos do tipo.....	112
2.4.1. Elementos subjetivos.....	112
2.4.2. Elementos normativos.....	112
2.5. A adequação típica.....	115
2.6. Qual a estrutura do delito?.....	115
<b>CAPÍTULO 3 – ANTIJURIDICIDADE: CAUSAS DE EXCLUSÃO.....</b>	<b>117</b>
3.1. O ilícito pessoal.....	117
3.2. A adequação social.....	119
3.3. Legítima defesa.....	120
3.3.1. Delimitação da questão.....	120
3.3.2. A agressão: ação e omissão.....	121
3.3.3. A injustiça da agressão.....	122
3.3.4. A provocação da agressão.....	123
3.3.5. Os direitos que podem ser defendidos.....	123
3.3.6. Atualidade e iminência.....	124
3.3.7. Proporcionalidade entre os bens.....	124
3.3.8. Necessidade dos meios.....	124
3.3.9. Moderação no uso dos meios.....	125
3.3.10. Elemento subjetivo.....	125
3.3.11. A natureza e os valores da figura permissiva.....	126
3.3.12. Legítima defesa de terceiro.....	126
3.4. O estado de necessidade.....	127
3.4.1. Conceito de perigo.....	127
3.4.2. Não provocação do perigo.....	129
3.4.3. Inevitabilidade.....	130
3.4.4. Exigência razoável de não sofrer o sacrifício.....	131

3.4.5.	Estado de necessidade em favor de terceiro.....	132
3.4.6.	O dever de arrostar o perigo.....	134
3.4.7.	A minorante do art. 24, § 2º, do Código Penal.....	134
3.4.8.	<i>De lege ferenda</i> .....	135
3.5.	Estrito cumprimento de dever legal.....	135
3.6.	Exercício regular de um direito.....	136
3.7.	O consentimento do ofendido.....	138
 <b>CAPÍTULO 4 – CULPABILIDADE: CAUSAS DE EXCLUSÃO.....</b>		<b>141</b>
4.1.	Evolução do conceito de culpabilidade.....	141
4.1.1.	As circunstâncias anormais.....	142
4.1.2.	Culpabilidade e o homem médio.....	142
4.1.3.	Reprovação pelo poder de agir diversamente.....	143
4.1.4.	Vontade do ilícito e vontade ilícita.....	144
4.1.5.	O pensamento de Aníbal Bruno.....	145
4.1.6.	A culpabilidade como limite da pena.....	146
4.1.7.	A culpabilidade da pessoa.....	147
4.1.8.	Validade ou negatividade da opção: carência de punição.....	148
4.2.	Causas de exclusão da culpabilidade.....	150
4.2.1.	Coação irresistível.....	150
4.2.2.	A coação irresistível na doutrina brasileira.....	151
4.2.3.	Fundamento da coação irresistível.....	154
4.2.4.	Obediência hierárquica.....	155
4.2.5.	Legítima defesa frente à ação do subordinado.....	157
4.2.6.	Erro de proibição.....	157
4.2.7.	Teoria do dolo.....	159
4.2.8.	Teoria da culpabilidade.....	159
4.2.9.	Teoria extrema da culpabilidade.....	160
4.2.10.	Teoria limitada da culpabilidade.....	160
4.2.11.	Erro de permissão.....	161
4.2.12.	Posição do Código.....	161
4.2.13.	Hipótese de erro de proibição.....	162
 <b>CAPÍTULO 5 – IMPUTABILIDADE.....</b>		<b>163</b>
5.1.	Pressuposto da ação.....	163
5.2.	Base biopsicológica.....	164
5.3.	Semi-imputabilidade.....	166
5.4.	Menoridade.....	167
5.5.	Emoção e embriaguez.....	168
5.6.	<i>Actio libera in causa</i> .....	170

<b>CAPÍTULO 6 – CRIME COMISSIVO E OMISSIVO DOLOSO.....</b>	<b>173</b>
6.1. Dolo .....	173
6.1.1. Vontade e conhecimento .....	173
6.1.2. Objeto do dolo .....	174
6.1.2.1. Ação e omissão .....	174
6.1.3. Elementos normativos .....	177
6.1.4. Conteúdo valorativo da ação .....	177
6.1.5. Verificação do dolo.....	178
6.1.6. Formas do dolo: dolo eventual .....	178
6.1.7. Dolo de perigo .....	180
6.1.8. Condições objetivas de punibilidade .....	180
6.2. Erro de tipo.....	180
6.2.1. Erro não essencial.....	182
6.2.2. Discriminantes putativas .....	182
 <b>CAPÍTULO 7 – COMPORTAMENTO COMISSIVO E OMISSIVO CULPOSO ...</b>	 <b>185</b>
7.1. A ação culposa.....	185
7.1.1. Coeficiente psíquico e resultado.....	188
7.1.2. Risco permitido e princípio da confiança .....	189
7.1.3. Imputação objetiva.....	190
7.2. Crime omissivo culposos.....	191
7.3. Estado de necessidade e culpabilidade .....	192
7.4. Culpa consciente.....	192
 <b>CAPÍTULO 8 – CRIME DE RESULTA DO MATERIAL E NEXO DE CAU- SALIDADE.....</b>	 <b>193</b>
8.1. Crime de ação e de evento .....	193
8.2. Nexos de causalidade .....	194
8.2.1. A causalidade adequada .....	195
8.2.2. Equivalência das condições.....	197
8.2.3. Análise das duas teorias.....	198
8.2.4. Causa superveniente e a condicionalidade adequada .....	200
8.3. Crime comissivo por omissão .....	202
8.3.1. Omissão .....	202
8.3.2. A omissão como causa.....	203
8.3.3. A omissão relevante .....	204
8.3.4. O dever de agir.....	205
8.3.5. O poder agir .....	207
8.4. Crime qualificado pelo resultado.....	208

<b>CAPÍTULO 9 – OUTRAS FORMAS DE CRIME</b> .....	211
9.1. Crime formal.....	211
9.2. Crime instantâneo, permanente, instantâneo de efeito permanente e o momento consumativo.....	212
9.3. Crime complexo.....	215
9.4. Crime progressivo.....	216
9.5. Crime de perigo.....	217
9.6. Crime habitual.....	219
<b>CAPÍTULO 10 – TENTATIVA</b> .....	221
10.1. Crime consumado e tentado: todo e parte.....	221
10.2. A figura típica da tentativa e o elemento subjetivo.....	222
10.3. Idoneidade e univocidade dos meios.....	224
10.4. Atos preparatórios e de execução.....	225
10.5. Reserva legal e limites de relevância.....	226
10.6. Fundamento.....	228
10.7. Tentativa e as formas de crime.....	229
10.8. Pena na tentativa.....	230
<b>CAPÍTULO 11 – DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ</b> .....	233
11.1. Não consumação pela própria vontade.....	233
11.2. Fundamento.....	234
11.3. Natureza jurídica.....	236
11.4. Voluntariedade.....	236
11.5. Arrependimento posterior.....	238
<b>CAPÍTULO 12 – CRIME IMPOSSÍVEL</b> .....	241
12.1. Não tipificação da tentativa.....	241
12.2. Inidoneidade do meio e impropriedade do objeto.....	242
12.3. Teoria subjetiva.....	244
<b>CAPÍTULO 13 – CONCURSO DE PESSOAS</b> .....	247
13.1. Autoria e participação.....	247
13.2. A posição do Código Penal com a Reforma de 1984.....	251
13.3. Acordo de vontades.....	252
13.4. Norma extensiva.....	253

13.5. Ações neutras ou cotidianas .....	254
13.6. Concurso em crime culposo.....	254
13.7. Concurso de pessoas no crime omissivo .....	256
13.8. Comunicabilidade das circunstâncias.....	256
13.9. Participação em crime menos grave .....	256
13.10. Concurso necessário .....	257

### PARTE III TEORIA DAS SANÇÕES

<b>CAPÍTULO 1 – PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE .....</b>	<b>261</b>
1.1. O mundo prisional .....	261
1.2. Reclusão e detenção.....	267
1.3. Os regimes de execução penal e o sistema progressivo.....	268
1.3.1. O regime fechado .....	268
1.4. Trabalho do preso .....	269
1.5. Exame criminológico inicial .....	271
1.6. Participação da comunidade .....	272
1.7. Direito do preso .....	273
1.8. O regime semiaberto .....	273
1.9. Regime aberto.....	275
1.10. Regime inicial de cumprimento de pena.....	280
1.11. O sistema progressivo.....	281
1.12. Regime especial .....	286
1.13. Superveniência de doença mental .....	287
1.14. Detração .....	287
<b>CAPÍTULO 2 – PENA RESTRITIVA DE DIREITOS.....</b>	<b>289</b>
2.1. As penas restritivas, antecedentes e legislação estrangeira .....	289
2.2. As penas restritivas no Brasil.....	295
2.3. A legislação em vigor.....	296
2.4. Análise da Lei nº 9.714/98 e os critérios para a substituição.....	297
2.5. As penas restritivas em espécie.....	300
2.5.1. A prestação de serviços à comunidade.....	300
2.6. A experiência da prestação de serviços.....	301
2.7. Pena de prestação pecuniária .....	303
2.8. Pena de perda de bens e valores .....	305
2.9. A pena de interdição temporária de direitos .....	306

2.10. A pena de limitação de fim de semana .....	307
2.11. Conversão da restritiva em privativa .....	308
<b>CAPÍTULO 3 – PENA DE MULTA</b> .....	311
3.1. A pena de multa substitutiva.....	313
3.2. O sistema de dias-multa e a aplicação da pena .....	314
3.3. Abolição da conversão em pena privativa .....	315
<b>CAPÍTULO 4 – COMINAÇÃO DAS PENAS</b> .....	317
4.1. Penas restritivas de direitos.....	317
4.2. Pena de multa .....	319
<b>CAPÍTULO 5 – APLICAÇÃO DA PENA</b> .....	321
5.1. Fixação da pena.....	321
5.2. Critérios especiais da pena de multa.....	328
5.3. Circunstâncias agravantes.....	328
5.4. Reincidência .....	330
5.5. Agravantes do concurso de pessoas.....	334
5.6. Circunstâncias atenuantes.....	335
5.7. Concurso de circunstâncias.....	337
5.8. Causas de aumento e de diminuição .....	338
5.9. Cálculo da pena.....	339
<b>CAPÍTULO 6 – CONCURSO DE CRIMES</b> .....	341
6.1. Crime continuado .....	345
6.2. Erro na execução.....	349
6.3. Limite das penas.....	351
<b>CAPÍTULO 7 – SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA</b> .....	353
7.1. Notas históricas.....	353
7.2. Natureza jurídica .....	354
7.3. Espécies de suspensão condicional.....	357
7.4. Requisitos da suspensão condicional .....	358
7.5. Execução e conversão do <i>sursis</i> .....	359
<b>CAPÍTULO 8 – LIVRAMENTO CONDICIONAL</b> .....	361
8.1. O livramento condicional na legislação.....	361



8.2.	Requisitos do livramento condicional.....	363
8.3.	Condições impostas na concessão do livramento condicional.....	368
8.4.	Revogação do livramento condicional.....	369
8.5.	Extinção da pena.....	370
<b>CAPÍTULO 9 – EFEITOS DA CONDENAÇÃO E REABILITAÇÃO.....</b>		<b>373</b>
9.1.	Efeitos da condenação.....	373
9.2.	Indenização pelo dano.....	373
9.3.	Perda dos instrumentos do crime.....	374
9.3.1	Descompasso entre o rendimento lícito e o valor do patrimônio do condenado em crime cuja pena máxima seja superior a seis anos.....	375
9.4.	Reabilitação.....	378
9.5.	Requisitos da reabilitação.....	379
9.6.	Objeto e consequências da reabilitação.....	381
9.7.	Renovação e revogação da reabilitação.....	382
<b>CAPÍTULO 10 – MEDIDAS DE SEGURANÇA.....</b>		<b>383</b>
10.1.	Breve histórico.....	383
10.2.	Defensismo social.....	386
10.3.	Pontos em comum.....	388
10.4.	Pontos específicos.....	389
10.5.	Repercussão na teoria do delito.....	391
10.6.	Princípios garantistas e a medida de segurança.....	392
10.7.	Tempo de duração.....	394
10.8.	Individualização da execução.....	395
10.9.	Cessação da doença e desinternação condicional.....	396
10.10.	As medidas de segurança e os direitos do internado.....	397
10.11.	Prescrição e medida de segurança.....	398
<b>CAPÍTULO 11 – EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....</b>		<b>399</b>
11.1.	Morte.....	400
11.2.	Anistia – graça – indulto.....	400
11.3.	Descriminalização.....	402
11.4.	Decadência e preempção.....	402
11.5.	Renúncia ao direito de queixa e perdão.....	403
11.6.	Retratação.....	404
11.7.	Perdão judicial.....	404

11.8. Prescrição .....	406
11.8.1. Natureza.....	406
11.8.2. A <i>ratio</i> da prescrição .....	407
11.8.3. A prescrição em abstrato .....	408
11.8.4. Prescrição da pena em concreto.....	409
11.8.5. Prescrição retroativa .....	410
11.9. Causas impeditivas ou suspensivas.....	411
11.10. Causas interruptivas.....	413
11.11. Prescrição da pena de multa .....	413
11.12. Prescrição das penas restritivas.....	414
11.13. Âmbito da extinção da punibilidade.....	414
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA.....</b>	<b>415</b>